



CADERNO DE ENCARGOS

**FORNECIMENTO DE UMA VIATURA PESADA COM CAIXA DE RECOLHA DE
RSU E GRUA**

CONCURSO PÚBLICO N.º 107/SAPR/2025

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto... ..	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a	5
Preço Base.....	5
Cláusula 4. ^a	5
Prazo	5
CAPÍTULO II.....	5
Cláusula 5. ^a	6
Obrigações principais do adjudicatário.....	6
Cláusula 6. ^a	6
Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 7. ^a	7
Entrega do bem objeto do contrato	7
Cláusula 8. ^a	8
Inspeção.....	8
Cláusula 9. ^a	9
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	9
Cláusula 10. ^a	9
Garantia.....	9
Cláusula 11. ^a	10
Dever de sigilo.....	10
Cláusula 12. ^a	11
Prazo do dever de sigilo	11
Cláusula 13. ^a	11
Preço contratual	11
Cláusula 14. ^a	12
Condições de pagamento.....	12
Cláusula 15. ^a	12
Adiantamento de preço	12
CAPÍTULO III.....	12
Cláusula 16. ^a	13
Penalidades contratuais	13
Cláusula 17. ^a	13
Força maior	13
Cláusula 18. ^a	15
Resolução por parte do contraente público	15
Cláusula 19. ^a	15
Resolução por parte do adjudicatário	15
CAPÍTULO IV	15

Cláusula 20. ^a	16
Execução da caução	16
CAPÍTULO V	16
Cláusula 21. ^a	16
Foro competente	16
CAPÍTULO VI	16
Cláusula 22. ^a	16
Subcontratação e cessão da posição contratual	16
Cláusula 23. ^a	16
Comunicações e notificações	16
Cláusula 24. ^a	17
Contagem dos prazos	17
Cláusula 25. ^o	17
Gestor do contrato	17
Cláusula 26. ^a	18
Proteção de dados e princípio da transparência	18
Cláusula 27. ^a	18
Legislação aplicável	18
Cláusula 28. ^a	18
Prevalência	18
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	19
CAPÍTULO I	19
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS	19
Cláusula 1. ^a	19
Objeto da Contratação	19

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**



Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua de acordo com as características técnicas descritas na Parte II - “Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Preço Base

No âmbito do procedimento em apreço, o preço máximo que esta edilidade se dispõe a pagar pela aquisição do bem objeto do mesmo é de 255.000,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da outorga do mesmo e mantém-se até à entrega do bem objeto do presente procedimento, o qual nunca poderá ultrapassar **240 dias**, se não for rescindido inequivocamente e por escrito, por qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção, até 30 dias antes do termo do período em curso e em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer a viatura à entidade adjudicante, conforme as características técnicas, prazo de entrega e requisitos do fornecimento definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar antecipadamente por escrito à entidade adjudicante, os fatos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento definido neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c) Obrigação de garantia do bem e assistência técnica do mesmo.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade do bem

- 1 - O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II – “Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos.
- 2 - O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.
- 3 - É aplicável com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem.
- 4 - O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por quaisquer defeitos ou discrepâncias do bem objeto do contrato que existam no momento em que o mesmo lhe é entregue.

Cláusula 7.ª

Entrega do bem objeto do contrato

1 - O bem objeto do contrato deve ser entregue nas instalações da Unidade de Máquinas e Viaturas do Município de Silves, durante o horário normal de expediente entre as 08h00m e as 16h00m, no prazo máximo de 240 dias, contados a partir do dia útil seguinte à outorga do contrato, devendo ser contactado previamente o responsável Filipe Simplício para o telemóvel 912 143 997.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento deste, nomeadamente os seguintes, redigidos em língua portuguesa:

- a) Catálogo elucidativo sobre o funcionamento e manutenção;
- b) Nomenclatura do equipamento e acessórios;
- c) Manual de uso e manutenção;
- d) Manual de peças e reposição.

3 – Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer à entidade adjudicante que lhe seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

4 - Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade da entidade fornecedora.

5 – A entrega do bem é sempre acompanhada de guia de remessa, da qual deve constar, designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) Identificação da entidade fornecedora;
- c) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

- d) Data da encomenda;
- e) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- f) Indicação do bem com referência ao respetivo código do produto;
- g) Preço de venda negociado.



6 – A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adjudicante, fica na posse da entidade fornecedora, constituindo prova bastante da entrega do bem.

Cláusula 8.ª

Inspeção

1 - Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, o contraente público por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 8 dias à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar respetivamente se o mesmo corresponde às características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II – Especificações Técnicas, do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - Após a verificação referida no número anterior, a entidade adjudicante pode:

- a) Receber o bem;
- b) Solicitar a entrega de algum item em falta;
- c) Rejeitar o bem (ou algum item) por apresentar deficiências de qualidade.

3 — A rejeição do bem (ou de algum item) indicada na alínea c) do número anterior, não confere à entidade adjudicatária o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 — No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II - Especificações Técnicas, do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar por escrito o adjudicatário.

2 — No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 — Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Garantia

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura (Chassi + Grua) pelo prazo mínimo **de 3 (três) anos** sem limite de quilómetros a contar da receção do bem, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Cláusula 1.ª da Parte II - “Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) Todos os componentes da viatura;
- b) O fornecimento, montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- c) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

e) O fornecimento, montagem ou a instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

f) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina;

g) A deslocação ao local de entrega;

h) A mão-de-obra.

3 — No prazo máximo de dois (2) meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor para efeitos da respetiva reparação.

4 — A reparação ou substituição previstas na presente cláusula, devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último.

5 — Durante o prazo de garantia, o fornecedor é obrigado a proceder imediatamente e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar o perfeito e normal uso do bem, nas condições previstas para o qual foi concebido.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 11.^a

Dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor, até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 — Pelo fornecimento da viatura objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 — A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção e conferência pela entidade adjudicante da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — A emissão de fatura fará obrigatoriamente referência ao número de compromisso.

3 — Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga por transferência bancária.

5 — A fatura deverá ser inserida na plataforma *iLink Digital Sharing*, acessível através da plataforma *iLink* em <https://www.ilink.pt>. A mesma dispõe de uma linha de apoio através do email apoio@ilink.pt ou pelo telefone 707 451 451.

6 — A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no Artigo n.º 299.º - B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula 15.^a

Adiantamento de preço

No procedimento em apreço não é admitido o pagamento de adiantamentos.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega do bem objeto do contrato, até 20 % do valor adjudicado, excluindo o IVA;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia, até 15 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 25 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva

realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 18.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso na entrega do bem objeto do contrato superior a 30 dias seguidos;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por período superior a 6 meses.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 21.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o Artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros



Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

Cláusula 20.^a

Execução da caução

Não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do Artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.



CAPÍTULO V

Resolução de litígios

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através da Plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt.

2 — Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^o

Gestor do contrato

Nos termos do n.º 1 do Art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é o trabalhador Filipe Manuel Simplício Rodrigues.

Cláusula 26.^a

Proteção de dados e princípio da transparência

1 - O Artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados” e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do Artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

4 - Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo, entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, o da transparência, sem prejuízo do disposto nos

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

números anteriores. Relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados a todos os contratos públicos no âmbito do CCP deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).



Cláusula 27.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissos no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) com redação introduzida pelas respetivas alterações e demais legislação portuguesa em vigor.

Cláusula 28.^a

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto da Contratação

Constitui objeto do presente procedimento o fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua, de acordo com as características técnicas que se seguem:

1. Chassis

1.1. Motor:

- 1.1.1. Cilindrada entre os 10.000 cm³ e 11.000 cm³;
- 1.1.2. Potência máxima do motor ≥ 370 cv e ≤ 390 cv;
 - 1.1.2.1. Atingida a uma rotação ≤ 1700 rpm
- 1.1.3. Binário máximo do motor ≥ 1600 Nm e ≤ 1800 Nm;
- 1.1.4. Combustível: Diesel;
- 1.1.5. Classe de emissões: Euro VI;
- 1.1.6. Tubo de escape vertical ou inferior;
- 1.1.7. Regeneração do filtro de partículas automática em movimento, sendo permitidas a sua inibição e regeneração manual estacionária.

1.2. Equipamento:

- 1.2.1. Chassis de 26 Toneladas de Peso Bruto;
- 1.2.2. Viatura pesada do tipo 6x2 com 1º eixo direcional, 2º eixo de tração, 3º eixo direcional e elevável;
- 1.2.3. Chassis preparado para recolha de resíduos;
- 1.2.4. Capacidade técnica do eixo frontal ≥ 8 Ton;
- 1.2.5. Capacidade técnica do bogie traseiro $\geq 20,5$ Ton;
- 1.2.6. Bloqueio do diferencial do eixo traseiro;
- 1.2.7. Eixo traseiro com redução complementar aos cubos;

- 1.2.8. Caixa de velocidades de comando automático com 12 velocidades para a frente e 4 para trás, especialmente robusta e adequada ao serviço;
- 1.2.9. Chassis isento de lubrificação;
- 1.2.10. Suspensão dianteira por molas;
- 1.2.11. Suspensão traseira pneumática com controlo eletrónico;
- 1.2.12. Barras estabilizadoras em todos os eixos;
- 1.2.13. Direção assistida, com volante à esquerda ajustável em altura e inclinação;
- 1.2.14. Depósito de combustível ≥ 330 litros, instalado do lado direito do chassis;
- 1.2.15. Depósito de Adblue ≥ 60 litros, instalado do lado direito do chassis;
- 1.2.16. Travões de disco em todos os eixos;
- 1.2.17. Travão auxiliar ao motor com capacidade de 270kW;
- 1.2.18. Corte geral de corrente;
- 1.2.19. Roda sobressalente;
- 1.2.20. Espelhos retrovisores aquecidos;
- 1.2.21. Aviso sonoro de marcha-atrás;
- 1.2.22. Faróis de nevoeiro;
- 1.2.23. Ar condicionado;
- 1.2.24. Vidros elétricos;
- 1.2.25. Rádio e colunas;
- 1.2.26. Tacógrafo, de modelo aprovado;
- 1.2.27. Extintor: 3 Kg em local próprio no interior da cabine;
- 1.2.28. Caixa de ferramentas na lateral do chassis;
- 1.2.29. Depósito de água e saboneteira para lavar mãos;
- 1.2.30. Luzes de delimitação lateral;
- 1.2.31. Tapetes em borracha;
- 1.2.32. Tampão do depósito combustível com chave;
- 1.2.33. Número de lugares: 3;
- 1.2.34. Banco pneumático do condutor;
- 1.2.35. Bancos de tecido e forrados com capas em napa;

1.2.36. A pintura da cabine e chassis deve conter, no mínimo, tratamento anti corrosão adequado de todos os elementos constituintes; a cor da cabine deverá ser branca e do chassis cinzento;

1.2.37. Tomada de força. Com a tomada de força a compensação da suspensão pneumática deverá ficar inabilitada automaticamente.

2. Caixa de Recolha de RSU

2.1. Características gerais

2.1.1. Capacidade volumétrica $\geq 17\text{m}^3$;

2.1.2. Taxa de compactação para resíduos urbanos $\geq 6:1$;

2.1.3. Ciclo de carga com duração ≤ 22 segundos;

2.1.4. Com compactação através de placa de transporte (placa guia) com movimento retilíneo, guiada por calhas e articulada com placa compactadora. Vazamento por placa ejetora, sem necessidade de basculamento da caixa;

2.1.5. Carga e descarga dos resíduos pela parte traseira da viatura;

2.1.6. A viatura completa deve possuir certificação CE e respeitar o conjunto de normas EN 1501 e todas as restantes Normas de Segurança Europeias aplicáveis, ou equivalentes.

2.2. Caixa

2.2.1. Caixa de cor branca, com paredes exteriores lisas ligeiramente arredondadas com reforços exteriores nas laterais e no teto, para evitar deformações na caixa devidos à presença da grua;

2.2.2. Piso da caixa plano para evitar acumulação de lixiviados sempre no mesmo local;

2.2.3. Cilindro de acionamento da placa ejetora de duplo efeito e posicionado de forma clara na oblíqua (mais de 25°) para evitar contacto com lixiviados;

2.2.4. A placa ejetora deverá permitir o completo esvaziamento da caixa de carga. A solução técnica proposta deverá garantir a limpeza total do fundo da caixa no final do curso de descarga;

2.2.5. Calhas da placa ejetora embutidas nas laterais da caixa com a face inferior ao nível do piso da caixa, tudo para melhor apoio. Todas as superfícies em fricção devem ser revestidas por material anti desgaste, com elementos de fácil substituição, que agilizem os trabalhos de manutenção;

2.2.6. Avental na parte inferior da traseira da caixa de recolha, para evitar que os resíduos caiam sobre as longarinas dos chassis e os órgãos da suspensão da viatura e para encaminhar os resíduos durante as operações de despejo;

2.2.7. Fixação da caixa de recolha ao chassis flexível e dotada de sistema que permita o basculamento manual para a retaguarda para facilitar operações de manutenção nos órgãos do chassis.

2.3. Portal traseiro

2.3.1. Portal traseiro aberto superiormente para permitir o despejo de contentores movimentados pela grua;

2.3.2. Ligação entre o portal traseiro e a caixa de recolha suficientemente estanque para impedir o derramamento de resíduos e líquidos na via pública. Fechos sem ganchos nem cilindros hidráulicos dedicados, ligados aos cilindros de abertura e fecho do portal, equipados com regulação para permitir ajustar a força de esmagamento da borracha de vedação, com trancamento automático;

2.3.3. Os cilindros hidráulicos de elevação do portal traseiro devem estar localizados lateralmente em relação ao portal, para evitar colisão com obstáculos aéreos (árvores, varandas, cabos, etc.). Os cilindros hidráulicos do portal traseiro devem estar com as hastes completamente recolhidas quando o portal traseiro estiver na posição de operação;

2.3.4. Calhas da placa guia (placa de transporte) do sistema de compactação com superfícies em fricção revestidas por material anti desgaste, com elementos de fácil substituição, que agilizem os trabalhos de manutenção. Calhas fechadas para o exterior para não impossibilitar a queda de resíduos ou líquidos e também a saída de poeiras;

2.3.5. Para evitar fugas de óleo para o exterior, em caso de avaria, todos os cilindros de movimentação das placas de transporte (placa guia) e de carga devem estar localizados no interior da unidade de enchimento. Os cilindros devem ser montados com as hastes viradas para cima para sua proteção;

2.3.6. Válvula de descarga montada no ponto mais inferior da lateral da cuba;

2.3.7. Estribos traseiros antiderrapantes e rebatíveis, com cantos arredondados e com segurança por mola, cumprindo as normas em vigor. Não se admitem soluções que

possuam rebordos salientes nas faces superiores dos estribos ou que impeçam a entrada lateral nestes.

2.3.8. Pegas a uma altura e posicionamento, que evitem o impacto com a cabeça, para segurança dos cantoneiros de limpeza.

2.3.9. A presença de operadores nos estribos da retaguarda deverá impedir a utilização da marcha atrás, limitar a velocidade da viatura e desligar o sistema de compactação e os elevadores;

2.3.10. Tabuleiro de retenção de líquidos abaixo da zona de vedação entre o portal traseiro e a caixa de carga.

2.4. Materiais

2.4.1. Os materiais a aplicar deverão respeitar as seguintes características e espessuras mínimas:

2.4.1.1. Laterais da zona de compressão da cuba traseira: Aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 6 mm;

2.4.1.2. Fundo da cuba traseira: Aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 8 mm;

2.4.1.3. Chapeamento da placa ejetora: Aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 4 mm;

2.4.1.4. Chapeamento da placa guia (placa de transporte), na face virada para o interior da caixa, em aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto) com espessura mínima de 6 mm;

2.4.1.5. Chapeamento da placa compactadora (placa giratória) em aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 6 mm;

2.4.1.6. Laterais e parte superior da caixa: Aço ST 52.3, ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 3 mm;

2.4.1.7. Calhas de guiamento da placa ejetora: Aço ST 52.3, ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 10 mm;

2.4.1.8. Fundo da caixa: Aço tipo "Hardox 450" ou superior (no que respeita a resistência à corrosão, à abrasão e ao impacto), com espessura mínima de 5 mm;

2.4.1.9. Exterior do corpo da caixa, porta traseira e estrutura da placa ejetora com tratamento por zincagem previamente aos trabalhos de pintura.

2.5. Elevador de contentores

2.5.1. Elevador de contentores para basculamento de contentores DIN 30740, OCHNER, EN 840-1, EN 840-2 (80/ 120/ 140/ 240/ 340 / 360/ 770/ 1000/ 1100 L), e também contentores tipo Sotkom 3m², com um ciclo máximo de 14 segundos;

2.5.2. Com pente para segurar um contentor de quatro rodas ou dois de duas rodas;

2.5.3. O pente deve possuir trancamento automático sem cilindros hidráulicos ou pneumáticos, para minimizar possíveis fugas e diminuir as operações de manutenção;

2.5.4. Com todos os cilindros de movimentação do elevador hidráulicos, montados na lateral do portal traseiro. Para minimizar ocorrência de avarias, o elevador não deve possuir réguas dentadas, carretos e/ou correntes;

2.5.5. Com casquilhos em material anti desgaste, ou de rolamentos, nos eixos nas articulações do elevador e dos respetivos cilindros, e onde tal se justifique, facilmente substituíveis e devidamente protegidos contra a entrada de águas e poeiras;

2.5.6. Para evitar acidentes e colisões com o solo e outros obstáculos, o elevador não deve poder descer abaixo da sua posição de descanso e transporte;

2.5.7. A montagem do elevador deve garantir que a cuba de despejo tenha uma capacidade útil mínima de 1,6 m³ sem considerar a tremonha dinâmica;

2.5.8. O elevador deverá ocupar um espaço reduzido, com a viatura em deslocamento;

2.5.9. Capacidade de elevação superior a 800 kg;

2.5.10. O elevador deve possuir sistema de dupla velocidade, regulável por comando elétrico, de forma a reduzir o tempo de descarga e permitir baixar a velocidade de aproximação ao solo.

2.6. Tremonha dinâmica

- 2.6.1. Tremonha metálica acionada através de cilindros hidráulicos posicionados no exterior;
- 2.6.2. Com a tremonha descida a cuba de descarga deverá ter uma capacidade útil mínima de 5 m³;
- 2.6.3. Deverão existir equipamentos de segurança que evitem colisões entre o elevador e a tremonha e entre a tremonha e a grua.

2.7. Segurança e comandos

- 2.7.1. Os dispositivos deverão estar dotados de todas as proteções de segurança no respeito integral do determinado nas normas em vigor, na versão mais atual;
- 2.7.2. Os comandos de operação devem ser elétricos, individualizados para cada função dos conjuntos de placas de compactação, em cada lado da porta traseira e iguais dos dois lados do portal traseiro, incluindo os comandos do elevador;
- 2.7.3. Os comandos de operação da caixa de recolha (caixa e comporta de carga e descarga) devem ser corretamente localizados, com identificação em português ou sinalética, por intermédio de chapas de alumínio rebitadas ou equivalente, dos interruptores e sinalizadores, sendo as cores e simbologia conforme normas aplicáveis;
- 2.7.4. Em serviços de remoção, a aceleração do motor da viatura deve ser ajustada automaticamente com a colocação em marcha da grua, das placas de compressão e durante as operações de esvaziamento da caixa de recolha;
- 2.7.5. A condição de portal traseiro todo aberto colocará em marcha, automaticamente, as placas de compressão, para permitir o esvaziamento da cuba
- 2.7.6. Com as placas a trabalhar ciclo a ciclo, o fim do ciclo será sempre com a placa guia na posição superior e a placa de carga na posição de compressão (fechada);
- 2.7.7. O movimento das placas (ciclo a ciclo ou automático) far-se-á, independentemente do ponto de início do ciclo, com a seguinte sequência: abertura da placa de carga, movimento descendente da placa guia (placa de transporte), fecho da placa de carga e movimento ascendente da placa guia;
- 2.7.8. Todas as caixas localizadas no exterior da cabina, utilizadas para instalar comandos e na instalação elétrica das viaturas, devem ser estanques (mínimo: especificações IP66). Exceto se justificadamente não for tecnicamente possível, a entrada das cablagens deve fazer-se pela parte inferior das caixas;

2.7.9. Os comandos localizados no exterior da cabina só devem estar ativos após a atuação de um comando no interior da cabina;

2.7.10. A consola de comandos do equipamento, no interior da cabina, deve ser montada em local de acesso fácil ao motorista e próxima do tablier, possuir display de indicação de estado, diagnóstico de avarias ou erros, tudo em português, e interruptor com chave para impedir que se ponha em marcha o sistema em operações de manutenção ou outras em que o sistema não possa ser ligado;

2.7.11. Descarga da viatura sem sair da cabine, sendo apenas necessário sair para fechar a viseira, de acordo com as normas em vigor;

2.7.12. Sensor de fecho do portal traseiro, que iniba o funcionamento do sistema enquanto o mesmo não se encontrar totalmente fechado;

2.7.13. Comandos manuais que permitam vazar a viatura em caso de avaria dos comandos elétricos;

2.7.14. Avisador sonoro na cabina com comando à retaguarda da viatura para indicação de que a viatura pode ser posta em marcha;

2.7.15. Botoneiras de paragem de emergência do sistema de carga e compressão, corretamente localizadas, uma na consola de comandos do interior da cabina e duas, uma de cada lado, do portal traseiro.

2.8. Dispositivos complementares

2.8.1. Mínimo de duas luzes sinalizadoras de viatura em marcha lenta, que permitam que a viatura esteja sinalizada em todas as direções, montados na superestrutura, devidamente protegidos e abaixo do plano referenciado à altura máxima da mesma;

2.8.2. Luzes brancas de iluminação da zona de trabalho, instaladas na parte superior da viatura, que proporcionem iluminação eficaz das zonas de trabalho na traseira e nas laterais da viatura;

2.8.3. Duplo sistema de farolins na retaguarda, devidamente protegidos contra impactos e com apoios anti vibratórios, posicionados de modo a não ficarem ocultados pelos operadores quando estes estiverem sobre os estribos. São repetidas, no mínimo, as luzes de presença, as luzes de travagem e as luzes indicadoras de mudança de direção;

2.8.4. Suportes para ferramentas (vassouras e pás);

2.8.5. Porta de vigia com dimensões suficientes para franquear o acesso ao seu interior, montada na lateral direita da caixa de recolha, parte da frente. Essa porta deverá dispor de vedantes para impedir o derrame de líquidos e de sensor que impeça o funcionamento de todo o sistema quando aberta;

2.8.6. A instalação elétrica da superestrutura deverá possuir fichas de ligação estanques, normalizadas DIN, entre a caixa de recolha e o portal traseiro. A instalação dessas fichas tem como objetivo efetuar a desmontagem do portal traseiro sem danificar a instalação elétrica;

2.8.7. Instalação elétrica da caixa de recolha muito bem protegida para não permitir que seja danificada por ramos de árvores ou outros elementos presentes nas vias;

2.8.8. Monitor de vídeo a cores, de dimensões não inferiores a 7", instalado no interior da cabine, com câmara à retaguarda, para visualização dos trabalhos na traseira da viatura. Instalação do circuito de vídeo individualizada da restante instalação elétrica;

2.8.9. Sinalização completa conforme a legislação em vigor.

2.9. Circuito hidráulico

2.9.1.- Este sistema e respetivos componentes devem respeitar a norma de segurança EN 982;

2.9.2. O sistema hidráulico deverá possuir, no mínimo, 2 circuitos independentes, um para o elevador de contentores, grua e sistema de descarga e o outro para o circuito de compactação, com as necessárias proteções;

2.9.3. Devem ser montadas válvulas de bloqueio nos cilindros de elevação e descida do portal traseiro, para evitar a queda deste em caso de avaria no circuito hidráulico;

2.9.4. Deve estar dotado de depósito de óleo, com indicador de nível e de temperatura de óleo visível do exterior, com filtro de fácil limpeza;

2.9.5. Devem ser montados pontos de pressão (tomadas rápidas) no sistema hidráulico;

2.9.6. Devem ser montados filtros de pressão nas linhas primária e secundária (um em cada linha);

2.9.7. Deve ser montado filtro no retorno ao depósito, com indicador de colmatagem;

2.9.8. A bomba hidráulica deve ser acionada a partir da tomada de força com acoplamento direto a esta;

2.9.9. Todos os componentes hidráulicos, incluindo as bombas, devem garantir a mais baixa produção de ruído que for tecnicamente possível;

2.9.10. Deve existir especial cuidado na colocação da tubagem hidráulica, para não permitir que seja danificada por ramos de árvores ou outros elementos presentes nas vias.

3. Grua

3.1. A grua deverá ser montada no teto da caixa, de forma a que a viatura se possa deslocar em trânsito, em segurança e com a mais favorável distribuição de pesos sobre os eixos, tanto com a grua virada para a frente como com a grua virada para a traseira. A grua deve permitir a colocação de contentores de 3 m³ no elevador e de Moloks de 5 m³ para o interior da tremonha da caixa de carga;

3.2. 2.6.2 – A grua deverá dispor de posicionadores que permitam o deslocamento da viatura, com a ponta da grua direcionada para a cabina da viatura ou para a traseira;

3.3. 2.6.3 – Os posicionadores atrás mencionados, deverão estar dotados de sensores de segurança que alertem o condutor, caso a grua não esteja convenientemente posicionada para a condição de transporte e/ou que não permita a abertura do portal traseiro, no caso de a mesma se encontrar virada para a traseira da viatura;

3.4. 2.6.4 – A grua deverá possuir as seguintes características técnicas:

3.4.1. Alcance máximo de, no mínimo, 7600 mm;

3.4.2. Capacidade de carga a 7000 mm de distância superior ou igual a 900Kg;

3.4.3. Momento de elevação superior ou igual a 6,5 t.m;

3.4.4. Momento de rotação superior ou igual a 1,5 t.m;

3.4.5. Rotação superior ou igual a 315°;

3.4.6. Base de rotação sobre rolamentos com dois (2) motores hidráulicos independentes;

3.4.7. Distribuidor aplicado na coluna da grua;

3.4.8. Estabilizadores hidráulicos fixados no chassis, atrás das rodas exteriores do eixo traseiro de forma a obter a melhor estabilização possível do equipamento. Sensor com avisador na cabina a informar que os cilindros não estão completamente recolhidos. Imobilização imediata do veículo caso os estabilizadores não estejam recolhidos;

3.4.9. Dois projetores para iluminação noturna;

3.4.10. Linhas de alimentação hidráulica (5ª e 6ª função) com passagem da tubagem hidráulica no interior das extensões da grua;

3.4.11. Rádio comando para controlo remoto de todas as funções da grua, com pelo menos 6 funções;

3.4.12. Carregador de baterias e duas baterias;

3.4.13. Botoneira de paragem de emergência do sistema de carga e compressão da viatura no comando à distância;

4. Medidas máximas da viatura completa

4.1. Comprimento máximo: 9150mm excluindo estribos;

4.2. Altura máxima, incluindo a grua com a suspensão no estado normal: 3850mm.

5. Certificações e outras condições

5.1. A viatura deverá ser entregue com a decoração das portas da cabine com logótipos municipais, ou imagem a definir após adjudicação, deverá ser ainda contemplada a decoração das laterais da caixa de recolha RSU com imagens a definir após adjudicação;

5.2. Com a proposta devem ser entregues os certificados de qualidade respeitantes ao fabrico do chassis, caixa de recolha, elevador de contentores e grua. A não entrega destes documentos implicará a exclusão das propostas.

5.3. A entidade adjudicante reserva-se o direito de solicitar a apresentação de equipamentos para demonstração e ensaios, que permitam aquilatar das características dos equipamentos propostos. A não apresentação de equipamentos por qualquer dos concorrentes, num prazo máximo de 5 dias úteis, se solicitada, implica a exclusão da respetiva proposta. Se na demonstração/ensaio se concluir pela verificação do não cumprimento integral do exigido no caderno de encargos e/ou do exposto na proposta, esse facto também implicará a exclusão da proposta.

6. Condições de assistência técnica, garantias e formação

6.1. Os concorrentes nas suas propostas, sob pena de exclusão se o não fizerem, devem detalhar todas as condições de assistência técnica (nomeadamente localização da assistência técnica), condições globais e específicas da garantia técnica e programa de formação.

7. Outras condições

7.1. No fornecimento há a respeitar as seguintes condições:

Designação: Fornecimento de uma viatura pesada com caixa de recolha de RSU e grua

Tipo de Procedimento: Caderno de Encargos

- 7.2. O fornecedor compromete-se a manter o Município de Silves informado das modificações e alterações que forem sendo introduzidas na viatura do mesmo tipo pelos respetivos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
- 7.3. O fornecedor deve facultar o acompanhamento da construção do equipamento, com a obrigação de comunicar previamente o calendário de montagem e da pintura e de prestar, a quem for para o efeito designado pelo Município de Silves, toda a informação necessária;
- 7.4. A viatura deve respeitar o Código da Estrada e restante legislação complementar;
- 7.5. Com a viatura devem ser entregues todos os equipamentos exigidos pelo presente documento, pelo Código da Estrada e pela restante legislação complementar;
- 7.6. A viatura deve reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública.

